

■ Avançar na reorganização do setor público, completando as reformas estruturais necessárias para facilitar o controle do volume e a melhoria da qualidade do gasto público, e garantir o equilíbrio a médio e longo prazo das contas da previdência;

■ Combater os déficits orçamentários nos três níveis de governo, detendo o crescimento da dívida pública em relação ao produto interno, aliviando a pressão do setor público sobre a poupança privada e abrindo espaço para a redução continuada dos juros;

■ Simplificar o sistema tributário e reduzir o peso dos impostos sobre a produção, o investimento e a exportação;

■ Expandir a oferta de empregos na prestação de serviços sociais - educação, saúde, assistência social, assistência técnica à agricultura familiar - por intermédio do setor público e de parcerias com a sociedade civil;

■ Elevar a escolaridade

média do trabalhador brasileiro, dando continuidade, em articulação com os estados e municípios, às ações voltadas para a melhoria da qualidade e do aproveitamento no ensino público fundamental;

■ Ampliar as oportunidades de acesso dos jovens ao ensino médio, alcançando a meta de dez milhões de alunos, e elevar a qualidade da educação, implantando a reforma curricular já definida e melhorando as condições materiais das escolas;

■ Aumentar o impacto distributivo do gasto público em programas sociais. Eliminar distorções e privilégios e melhorar a gestão dos programas, levando em conta a diversidade de situações dos beneficiários. Gastar melhor para poder investir mais no combate à fome e à pobreza;

■ Completar e implementar a reforma da Previdência Social votada pelo Congresso, para assegurar a universalidade do direito à cobertura básica pelo INSS -

hoje e no futuro - preservando o valor dos benefícios e permitindo a progressiva elevação do seu piso;

■ Aumentar as exportações, perseguindo a meta de duplicá-las até 2002, não pela via enganadoramente fácil da desvalorização cambial, mas pela rota segura da redução do "custo Brasil" e dos ganhos consistentes de produtividade.

■ Adensar a ocupação do território nacional ao longo dos eixos de desenvolvimento definidos pelo atual governo no programa Brasil em Ação, indicando as possibilidades dinâmicas de investimento privado em cada região e articulando-as com as ações do setor público, tanto no que se refere à infra-estrutura econômica como aos investimentos sociais;

■ Reforçar a autonomia e a liberdade sindicais, apoiando medidas que favoreçam o aumento da representatividade das organizações, o fortalecimento da negociação coletiva e da concentração social.